



A consolidação da política externa cultural da Espanha para o Brasil e o papel das associações de imigrantes

Júlia Erminia Riscado'

-
- 1 Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail*: julia_riscado@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como intuito analisar a consolidação da política externa da Espanha para o Brasil a partir da via cultural. Nesse sentido, a presença das associações de imigrantes espanhóis na cidade do Rio de Janeiro ao longo da década de 1980 torna-se um instrumento relevante para a observação da atuação do governo espanhol na valorização dessas organizações, utilizando-as como instrumento para a consolidação de uma política externa cultural.

Palavras-chave: *Política cultural. Brasil. Espanha. Imigração.*

ABSTRACT

The article will analyze the consolidation of Spain's foreign policy for Brazil from cultural aspect. For this, will be observed the inclusion of Spanish colony in Rio de Janeiro society through, civic associations and the actions of Spanish government of these organizations using them as a tool for the consolidation of a cultural foreign policy.

Keywords: *Cultural policy. Brazil. Spain. Immigration.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a construção de um modelo de política externa da Espanha para o Brasil a partir da via cultural a partir da década de 1980. Para isso foi escolhida a associação espanhola Casa de España, criada em 1983 no Rio de Janeiro, como objeto de referência para exemplificar esse processo de contato entre as nações e também de reafirmação da importância cultural da ex-capital federal brasileira no cenário internacional.

A década de 80 caracterizou-se pela desestabilidade econômica, herdada do final da década de 1970, com repercussões em escala internacional. Uma situação de miséria atingiu regiões como União Soviética e Europa Oriental, mostrando que as ricas nações capitalistas não ficaram imunes a respeito, salvo exceções asiáticas como, por exemplo, a China.

Nesse contexto era encontrada uma Europa com altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens que não viam um mercado de trabalho disposto a inseri-los. Enquanto isso, a América Latina, que até então era vista como região ascendente, percebe-se frágil frente à competitividade capitalista do cenário internacional.

É nesse ambiente complexo de hostilidade e protecionismo que estão Brasil e Espanha, cada qual com suas tentativas de se posicionar internacionalmente como nações sólidas e fortalecer seus laços identitários internos. Nesse momento também se ensaia a convergência de suas políticas externas que, como apontou Bruno Ayllón Pino (2006) teriam seu começo por meio de relações culturais pré-existentes. A escolha para expandir os contatos político-comerciais entre os dois países seria pela via cultural.

De outro lado estão os imigrantes espanhóis residentes na cidade do Rio de Janeiro, que sentindo a necessidade de terem seus direitos civis atendidos, se voltariam a reafirmar seus vínculos com a Espanha por intermédio de um diálogo consular mais participativo. Ademais, esse contato contribuía para o entendimento da relevância na adoção de um discurso que promovesse a comunhão entre seus membros, adaptando-se ao contexto vivido, para a criação de uma associação de caráter cultural e de socorro mútuo.

Para a exposição do tema, primeiramente será apresentado um breve panorama da imigração européia, localizando o imigrante espanhol. Mais adiante, pretende-se expor alguns aspectos da relação Brasil-Espanha no final da década de 70 e início de 80, bem como apontar a importância simbólico-cultural da associação Casa de España na criação do discurso que legitimaria a aproximação entre esses países. Por fim, será observada a atuação do governo espanhol na estruturação de sua política externa para o Brasil a partir da via cultural.

A IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Qual seria a definição do termo emigração? Podemos responder que emigração é todo movimento de saída de pessoas ou grupos de pessoas de uma região ou de um país, para estabelecer em outro, em caráter definitivo ou temporário. Dessa forma, torna-se quase impossível fazer um panorama sobre imigração ao longo da história do Brasil sem fazer certos recortes.

Desde o início da exploração colonial há registros da presença de imigrantes europeus em território brasileiro. A formação do Brasil, tanto territorial quanto populacional, se deu por conta dos constantes fluxos migratórios ao longo de seus mais de 500 anos de história.

Não esquecendo o importante papel dos africanos vindos por conta da escravidão que existia no país, cabe dizer que este trabalho tem como interesse a imigração predominantemente européia que ocorreu de forma massiva a partir do século XIX. Inicialmente a vinda de imigrantes era, na maioria das vezes, temporária ou como estudiosos em missão de caráter científico ou como viajantes em busca de trabalho e novos locais de exploração.

Somente no século XIX haveria um fluxo expressivo de imigrantes europeus, que tinham como intuito conseguirem uma vida melhor fora de seus países de origem. (OLIVEIRA, 2006) Esses homens vieram com respaldo de teorias científicas² que buscavam a purificação étnica. Por ser a população brasileira composta majoritariamente por índios, negros e mestiços, supunha-se que ao se tornar cada vez mais branca, seria também cada vez mais possível a resolução do problema do atraso do povo brasileiro.

Entre intelectuais e políticos que se destacaram em defender as teorias de superioridade racial, destaca-se Tavares Bastos. Segundo Bastos, a vinda de imigrantes era fundamental ao progresso do país, principalmente, dos imigrantes que não tivessem a herança ibérica atrasada.

[...] é preciso mudar de hábitos, é preciso por outra alma no corpo brasileiro, e eu não conheço senão um meio eficaz para isso, a saber: abrir francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contacto com as raças vindas do Norte do Globo, facilitar as comunicações interiores e exteriores, promover

2 Destacam-se nomes como Cesare Lombroso, professor e criminologista italiano, que suas teorias associavam a criminalidade à anatomia.

a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial. (BASTOS, 1938, p. 161)

Além dos interesses de modernização da sociedade, o governo brasileiro junto aos grandes proprietários de terras visava à mão de obra imigrante para as diversas culturas, das quais se destacava o café no oeste paulista. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul foram os maiores receptores desses imigrantes embora nem sempre se dirigissem para as áreas rurais.

De 1884 a 1893, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 883.668 pessoas imigraram para o Brasil, sendo a maioria italiana, alemã e portuguesa, respectivamente. (IBGE, 2000, p. 226) Esse número dá um salto no período de 1904 a 1913 em que são recebidos 1.006.617 imigrantes no país embora passasse a ser maior a entrada de portugueses e espanhóis no país.

Até as vésperas da Primeira Guerra Mundial houve um aumento considerável do número de imigrantes que chegavam ao Brasil. Outras nacionalidades, entretanto, se tornavam mais recorrentes nesse momento. Tal mudança revela uma questão a ser considerada nos estudos migratórios. Embora vivessem situações econômicas similares, os movimentos emigratórios nos países europeus variavam de acordo com relativas pioras em suas economias locais.

Na maior parte dos casos, os estrangeiros chegados ao Brasil se dirigiam para o trabalho no campo embora fosse possível perceber um movimento crescente em direção às zonas urbanas, principalmente às regiões portuárias. Miriam Halpern Pereira (2002), em seu trabalho sobre emigração portuguesa, destacou a inserção desses homens no ambiente urbano.

Dado o fraco desenvolvimento industrial do Brasil, o português, como os emigrantes de outras nacionalidades, trabalhavam predominantemente no comércio

e nos transportes [...]. No entanto desempenhavam também papel importante nos ‘ofícios mecânicos’ (carpinteiros, pedreiros e etc.) e nas minas, desde o final da década de 50. (PEREIRA, 2002, p. 51)

Esse expressivo fluxo migratório sofreu relativa queda na primeira metade do século XX, só retomando seu crescimento por volta da década de 1950. Ainda com base nos dados do IBGE, de 1950 a 1954 entraram 84.851 pessoas de maioria portuguesa, italiana e espanhola.

A população brasileira de acordo com censo feito no ano de 1900 era de 17.438.434 habitantes, enquanto no censo de 1950 a população se encontrava em 51.944.397 habitantes. Esses números mostram como mesmo após a aplicação da Lei Adolfo Gordo em 1907 e da Lei dos Indesejáveis em 1921, o impacto migratório no início do século XX fora muito maior do que o segundo grande movimento migratório no país na segunda metade do século.

A Segunda Guerra Mundial propiciou uma queda no fluxo de imigrantes para o Brasil, auxiliado pela política antiemigratória do governo Vargas e sua política econômica nacionalista que desenvolveu a produção visando o mercado interno. (LOBO, 2001) Vê-se pelos dados dos censos aplicados na época que mesmo o país tendo aberto novamente a imigração, após 1945, o volume de entradas se mantivera baixo. (OLIVEIRA, 2006)

A partir desse período os índices migratórios só tenderam a decrescer. Por conta da Guerra Fria, houve certo deslocamento populacional oriundo de países do leste europeu e de países asiáticos – coreanos, por exemplo – durante a década de 1960, porém muito limitado.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 ficaram marcadas por intensas transformações socioeconômicas que refletiram no aumento do número de emigrantes em comparação ao de imigrantes. Os brasileiros passam a sair do país em busca de melhores condições de vida em países da Europa, Estados Unidos e Japão.

E é dentro deste panorama que estão os imigrantes espanhóis. Segundo o IBGE (2000), a partir de 1890 teve início a imigração espanhola no país. Antes disso, eram mais frequentes os deslocamentos para outros países europeus, tais como França, Alemanha e Inglaterra. De acordo com o Boletim da Direção Geral da Emigração, a tardia industrialização, a falta de terras para cultivar, minifúndios, censos, foros etc. foram os principais motivos que levaram, principalmente, galegos e andaluzes a buscarem na emigração uma solução de subsistência.

Entre 1882 a 1936, de acordo com dados consulares, dez mil espanhóis imigraram para América. O continente americano só perdera em números para a África com dois mil imigrantes espanhóis por ano. Vale destacar que a Espanha proibira a emigração ao Brasil entre os anos de 1910 a 1912.

Até o final do século XIX, o destino desses imigrantes praticamente se restringia às regiões cafeeiras de São Paulo. A partir do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passaria também a receber grande parte dos espanhóis no país. (SILVA, 2007) De acordo com o Boletim da Direção Geral de Emigração, em 1925, os espanhóis instalados no Rio de Janeiro encontravam-se predominantemente empregados como garçons de cafés e restaurantes. De maioria galega, alguns chegando a tornarem-se proprietários.

Ao passo que a população carioca crescia, a população espanhola reduzia, tornando cada vez mais difícil sua visibilidade no cotidiano da cidade. Os poucos que despontavam por melhorar sua posição social contribuíam para endossar a visão que a classe média tinha dos imigrantes como ameaças, graças a difícil situação econômica que se encontrava no governo Vargas na década de 1930. E ainda que fossem vistos pela classe média e alta carioca como donos de estabelecimentos clandestinos e anarquistas, os espanhóis ainda se encontravam em maior número em sindicatos, hotéis, bares e restaurantes. (SILVA, 2007)

Segundo censo divulgado pelo Boletim da Direção Geral da Emigração, na década de 1980 foi registrado a presença de 52.882

homens e 45.633 mulheres espanholas no Brasil. Dos espanhóis que residiam no Rio de Janeiro, 47% tinham mais de 60 anos enquanto 38% tinham de 45 a 60 anos. Percebe-se assim, não só o envelhecimento da colônia como também uma sensível redução do fluxo migratório espanhol.

Este mesmo censo mostra que 40% dos imigrantes espanhóis não haviam completado os estudos primários. Além disso, 43,2% trabalhavam tendo 27% no comércio e hotelaria e 26% na indústria. Com esses dados observa-se que a colônia espanhola era de maioria adulta e pouco instruída, ocupando cargos de menor remuneração. Já entre os inativos podem ser incluídos mulheres, crianças e idosos fora do mercado de trabalho.

CASA DE ESPAÑA: UM POUCO DA ESPANHA EM SOLO CARIOCA

No final da década de 70, as principais instituições espanholas localizadas no Rio de Janeiro passavam por um período de crise administrativa. Nessa época, as agremiações espanholas fluminenses estavam em pleno ostracismo. Como um caminho para a recuperação, seus presidentes viam na fusão entre as instituições uma expectativa para fortalecer os laços identitários. Pensava-se na união de quatro clubes: Club Español de Rio de Janeiro, Casa de Galicia, Club Español de Niterói e Casa Española de Teresópolis.

Deve-se atentar para o fato de que a coexistência de diferentes perspectivas tornar-se-ia fundamental para a nova representação adotada pela colônia espanhola à sociedade carioca. Essas associações, com o apoio de autoridades consulares espanholas, se apoiaram em sua origem comum para produzirem um discurso que legitimaria a união entre as instituições.

Vendo a necessidade de modernizar a imagem que os espanhóis possuíam na sociedade carioca buscou-se a ajuda de uma representação diplomática que tornasse possível a ideia de união entre as agremiações. O embaixador espanhol em Brasília, Francisco Javier Vallauré, foi uma figura de grande importância no diálogo com a

colônia espanhola no Rio de Janeiro. A intervenção da autoridade espanhola foi uma das muitas ações de apoio às iniciativas civis que propusessem uma mudança na representação social do imigrante espanhol, na tentativa de ganhar credibilidade enquanto nação moderna e atuante no cenário internacional. (MUNIZ, 1996)

Em 1982 foi criado o Conselho de Residentes, hoje localizado na sede da Casa de España. Tendo como finalidade principal articular e fiscalizar as associações espanholas no estado do Rio de Janeiro, a organização teve um papel de intermediação entre as decisões do Instituto Espanhol de Emigração (IEE) e a coletividade espanhola no Brasil.

Impulsionados pelo apoio diplomático, que via com interesse a aproximação cultural entre Brasil e Espanha, criou-se a Casa de España. A instituição surgiu em 1983, de apenas duas outras instituições espanholas: o Club Español, no Humaitá, e a Casa de Galicia, na Tijuca, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Nos documentos oficiais da instituição é recorrente o uso de palavras como “dedicação”, “prestígio” e “respeito”, sempre com o intuito de dar sentido ao restabelecimento da dignidade e do reconhecimento desses homens e mulheres. Segundo as próprias palavras do ex-presidente da Casa de España Antonio Maceiras em carta dirigida aos sócios da instituição em 1993,

A Casa de España é um sonho antigo da colônia, os espanhóis não se sentiam bem, vendo que outras colônias de emigrantes dispunham de instituições organizadas e com prestígio, com boas instalações, que divulgavam suas culturas, seus costumes e seu folclore, mantendo uma presença viva e permanente de seu país.

Os primeiros anos de existência da Casa de España podem ser definidos como uma fase em que a parceria com a embaixada espanhola levou a uma manobra que ia além da simples reivindicação de um grupo civil em busca de um pacífico convívio em seu

meio social específico. A participação estatal foi um ato essencial nessa nova fase da colônia.

Nesse sentido, as publicações internas da organização tornam-se relevantes instrumentos de observação dessa tentativa de unificação e valorização da cultura espanhola. Em 1984, por exemplo, foi lançada a primeira edição do Boletim Social Casa de España, que tinha como intuito apresentar o cotidiano da instituição cultural-recreativa. Para cada número eram impressos cerca de dois mil exemplares para a distribuição interna.

Todo escrito em espanhol, o Boletim servia como informativo para ciclos de palestras, filmes promovidos pelo consulado espanhol, festas folclóricas e almoços comemorativos. Outro aspecto que merece destaque nas publicações é o espaço dedicado aos serviços oferecidos pela entidade, variando de cursos a auxílios médicos aos imigrantes em necessidade.

Diferentemente das aulas de espanhol e de esportes em geral,³ as aulas de teatro eram oferecidas gratuitamente. Em ambos os casos, os cursos oferecidos não eram restritos a espanhóis e descendentes. No caso do curso de espanhol é relevante destacar a participação de autoridades consulares espanholas, por meio do Consejo General Del Hispanismo,⁴ na estruturação dos módulos e na elaboração de material didático. Essa parceria foi comemorada em artigo publicado em edição posterior do Boletim por ser mais uma ação de difusão e valorização cultural.

Este ação, importante para a divulgação do nosso rico patrimônio cultural e linguístico, será realizada em colaboração do Instituto de Cultura Hispânica de cada país e com os agregados culturais das Embaixadas da Espanha, de modo que os esforços culturais e educacionais não

.....
3 Eram oferecidas aulas de natação, vôlei, capoeira, futebol de salão e ginástica.

4 Órgão do governo espanhol voltado à promoção do ensino da cultura e da língua hispânica.

fiquem limitados ao âmbito desses centros, mas que se estendam a diversas regiões de cada país.

[...]

Confirme o Sr. Cônsul-Ministro nos diz em sua amável carta, este é um tema extremamente interessante, uma vez que nossa cultura e nosso próprio idioma estão sendo atacados há anos por outras culturas e idiomas de países economicamente mais desenvolvidos e se não tomarmos as medidas necessárias a tempo, mais cedo ou mais tarde, teremos que lamentar nossa apatia. Até mesmo no Rio de Janeiro temos exemplos claros, pois poucos são os espanhóis, infelizmente, que dominam nossa língua. (BOLETIM SOCIAL DA CASA DE ESPAÑA, 1984, p. 2, tradução nossa)

Por ter entre seus leitores um grande número de membros da Casa de España, as publicações da organização costumavam abrandar os problemas sociais enfrentados por uma parcela da colônia. Percebe-se, com isso, um espaço bastante limitado para o debate sobre a difícil condição de alguns sócios de origem espanhola. Talvez, em uma tentativa de não comprometer a imagem positiva que aos poucos se consolidava na cidade.

Observa-se ainda a tentativa de apresentar a Espanha como um país relevante no concerto das nações. Um exemplo disso está na ausência de uma seção que tratasse exclusivamente sobre sua política externa e interna.⁵ O discurso apresentado coloca a nação e, conseqüentemente, seus cidadãos como responsáveis por grande parte da história do continente americano.

Tem razão quem disse que a Espanha não pode se conceber sem a América e nem esta poderia estar completa sem a Espanha. A vocação americana é algo que todo

.....
5 Ao longo das edições foi possível encontrar matérias pontuais sobre temas isolados. Um desses exemplos aparece em uma breve nota feita sobre a questão da reivindicação da Espanha pelo território de Gibraltar, que se encontrara sob domínio inglês. Nela apenas é mencionada a aceitação por parte da Inglaterra em negociar sobre o futuro do território.

espanhol leva no sangue, como demonstram milhões de emigrantes que escolheram esta parte do mundo para fundar nossas casas e os milhões de espanhóis que todos os anos passam suas férias para conhecer as maravilhas que possuem os países latino-americanos.

[...]

Esta relação íntima entre Espanha e seus irmãos do outro lado do mundo está fortemente impulsionada pelo pensamento e pelas obras do nosso Rei D. Juan Carlos, motor que impulsiona vagarosamente

O americanismo espanhol, e assim, a cooperação técnica, econômica, cultural, tecnológica, social, e política que nossa pátria está prestando. Nesse momento, aos países hispânicos é digna toda forma de elogio não só por sua intensidade como por sua qualidade e importância. (BOLETIM SOCIAL DA CASA DE ESPAÑA, 1986, p. 3, tradução nossa)

A declaração anterior revela um discurso de valorização do imigrante espanhol. Descartando a antiga representação do camponês pobre que chega ao continente americano em busca de melhores condições de vida, a comunidade espanhola passa a tratar os movimentos emigratórios como uma escolha individual. Ademais, os torna parceiros do governo espanhol em suas ações oficiais por atingir lugares não acessados pelas autoridades espanholas. O investimento nas relações culturais seria o pontapé inicial para a construção de culturas políticas próximas e de uma nova identidade ibérica em que eram reconhecidos tanto Brasil quanto Espanha como membros de uma mesma comunidade cultural e política.

BRASIL E AS POSSIBILIDADES DE UMA ALIANÇA COM ESPANHA

Os anos 80 foram fundamentais para a aproximação do Brasil ao restante da América Latina, por começar uma longa trajetória de divulgação do discurso de união entre essas nações pelo passado

comum de ex-colônias. De início, o propósito era econômico como mostraram Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (1992). Seria uma resposta da região frente aos grupos de países que por meio de acordos comerciais se uniram para enrijecer suas economias, tais como a Comunidade Europeia.⁶

Para maior entendimento dessa questão é preciso voltar algumas décadas. Com a passagem do mundo pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cresceu o contato do Brasil com os Estados Unidos. A política de Boa Vizinhança de Roosevelt e o protecionismo das economias européias são alguns dos principais aspectos que conduziram essa relação. (CERVO, 2003)

Com isso, foi adotado pelo Brasil – como aos demais países da América Latina – uma mudança de paradigma nas suas relações internacionais. A partir desse momento seria estendido à opinião pública, e não apenas a um restrito grupo que detinha poder político e econômico na sociedade brasileira, o estímulo pela modernidade. Ou seja, a sociedade norte-americana seria um espelho de modernidade ao Brasil, que buscara se desvincular da imagem de país atrasado e dependente.

No Brasil, nomes como Eurico Gaspar Dutra e Castelo Branco se posicionaram em defesa do apoio norte-americano para a instituição do progresso enquanto outros importantes nomes no cenário político nacional, tais como Getúlio Vargas e Ernesto Geisel, viam com descrença essa relação. Para os últimos, o desenvolvimento nacional seria alcançado através dos recursos do próprio país. (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997)

No bojo do pensamento de reformulação do Brasil frente à política internacional, destaca-se o nome de Gilberto Freyre. Utilizando uma expressão usada pelo próprio, a “América Anglo-Saxã”

6 Embora instituída em 1957 através do Tratado de Roma, foi apenas no final da década de 1960 e início de 1970 que os resultados da abolição dos direitos aduaneiros seriam sentidos na região.

impediria os membros da sociedade brasileira de terem espaço para desenvolver suas potencialidades. (FREYRE, 2000)

Ainda de acordo com Freyre (2000), as especificidades regionais emergiriam, trazendo ao país como um todo, instrumentos que o dotaria de características únicas e imprescindíveis para alcançar o *status* de nação moderna. A América Latina teria em seus valores tradicionais a ética hispano-católica, e por isso, cabia valorizá-los e não excluí-los da memória nacional.

No Brasil, mais do que nos demais países latino-americanos, o chamado “hibridismo cultural” era mais forte. (FREYRE, 2000) Esse termo era usado para explicar como a formação da população brasileira era heterogênea. Suas heranças seriam indígena, negra e européia. Esta última, muito vinculada ao passado de colônia lusa, se manifestaria de forma mais intensa que nos outros grupos na identidade nacional.

Com isso, além de atribuir nitidamente uma superioridade cultural a Portugal, a partir dessa afirmação percebe-se como a aproximação entre Brasil e Espanha se mantinha de certo modo frágil na política externa brasileira. Apesar da afirmativa de Freyre ter sido considerada na época de sua elaboração por importantes grupos brasileiros, na década de 70 essa ideia ganhou uma interpretação mais crítica. Nesse período, o desenvolvimento econômico espanhol projetou-se internacionalmente, provocando muitas manifestações de admiração no Brasil. A Espanha tornou-se aos poucos um exemplo de país que conquistava a respeitabilidade no concerto das nações. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos perderam muito de seu interesse político pelo Brasil. Inclusive suas bases de atuação da política de Boa Vizinhança foram reduzidas, assim como o combate ao comunismo de Roosevelt. A indústria norte-americana também havia se voltado a atender novos mercados em ascensão na Europa e Ásia. Como afirmou Pedro Tota (2000), restaria ao Brasil estabelecer o desenvolvimento de uma política externa independente dos Estados Unidos.

Dessa maneira, ocorreu uma progressiva reaproximação do Brasil com a Europa Ocidental, de modo que em 1973 a Comunidade Europeia passava a ocupar 30% das exportações nacionais e o Brasil aparecia como o maior comprador entre os países em desenvolvimento. (SARAIVA, 2001) De acordo com Bruno Ayllón Pino (2006), essa cooperação econômica proporcionou um importante contato entre Brasil e Espanha, antes pouco valorizado pelos dois países.

A ESPANHA E AS ESTRUTURAS DE UMA ALIANÇA COM O BRASIL

Os inúmeros conflitos que marcaram a história espanhola no último século monopolizaram os esforços e a atenção dos diferentes agentes políticos para as questões internacionais, relegando a segundo plano as questões internacionais do ponto de vista econômico e até mesmo político. Durante a primeira metade da ditadura franquista esse isolamento só tenderia a se acentuar, uma vez que o novo governo precisaria estabelecer suas bases em território espanhol antes de se posicionar internacionalmente. (AYLLÓN PINO, 2001; KAKUTA, 1993)

Em sua política exterior, Franco privilegiou as relações com as ex-colônias espanholas. De acordo com Ayllón Pino (2001), essa ação era um meio de afirmação interna do governo franquista, que pretendia associar a imagem do regime aos tempos gloriosos de nação colonizadora.

Essa conduta em relação à América Hispânica foi perdendo espaço ao final da administração do ditador. (ELLWOOD, 1984) Em seu lugar seria adotada uma política de desenvolvimento econômico, aprofundada durante a democratização, que tinha como intuito fazer a Espanha se aproximar mais do restante da Europa. Mudar de perspectiva seria uma estratégia imprescindível para o estabelecimento de uma nova fase da política espanhola no cenário europeu nos anos de 1980.

Antes do “milagre” econômico espanhol, a Espanha era vista como um país que havia se tornado atrasado em meio aos avanços

industriais ocorridos ao longo do século XIX. Como observou Hobsbawn (1988), ao contrário de países como Inglaterra e Alemanha que despontaram como economias industriais, a Espanha manteve-se arcaica e muito pouco competitiva economicamente. Foi em busca da respeitabilidade internacional que a Espanha, inicialmente, optaria por não concentrar suas ações apenas na América Latina. Essa estratégia distanciaria ao máximo o país da imagem ainda ligada a Franco. A Espanha tornar-se-ia mais atuante na economia do continente europeu, buscando adquirir personalidade própria e cada vez mais próxima do perfil das demais nações europeias.

Aos poucos, com o Rei Juan Carlos a frente da monarquia parlamentar recém-instalada em 1975, retomar-se-iam às relações ibero-americanas de forma mais discretas através de incentivos à expansão da língua castelhana, como no contato entre Universidades e outros equipamentos culturais. (PINHEIRO, 2000) Desse modo, o governo espanhol apontaria a necessidade de estabelecer um diálogo participativo e de criar ações efetivas que levassem a cooperação entre América do Sul e Espanha.

Entretanto, seria apenas no governo de Felipe González (1982-1996) que a Espanha iria destacar a política Ibero-Americana. Como afirma Amado Cervo, “tratava-se, no caso, da América, de superar a ideia de hispanidade, que lembrava o Franquismo, e abrir espaço para um novo conceito: Ibérico”. (CERVO; BUENO, 1992, p. 78)

A Espanha se assumiria como uma ponte para as relações políticas entre a Europa e a América. Ao mesmo tempo em que se aproximaria da Comunidade Europeia,⁷ se voltaria também ao contato com a América Latina. Como apontou Letícia Pinheiro (2000), o país passaria a adotar tal posição por ainda reconhecer-se inferior se comparada aos demais países europeus.

.....
7 Em 1986, Espanha e Portugal entraram para a Comunidade Europeia.

Após 40 anos de ditadura franquista, o governo democrático espanhol pretendia romper com a antiga postura tomada com relação ao Brasil de exclusão à suas particularidades, ainda vinculadas ao passado luso dentro do grupo dos países latino-americanos. Segundo o Itamaraty em pronunciamento a visita do rei espanhol Juan Carlos em 1983, “a Espanha procurava a liderança espiritual do mundo ibérico” (AYLLÓN PINO, 2006, p. 223) reconhecida no Brasil. A aproximação com o país se daria pelos, como afirmou o na época Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, Fernando Morán, aspectos intelectuais e artísticos espanhóis. (AYLLÓN PINO, 2006) A escolha pela opção cultural também era uma maneira estratégica de atenuar os conflitos comerciais entre Brasil e Espanha desde sua adoção de tarifas protecionistas sobre o café brasileiro em 1979. (CERVO; BUENO, 1992) Preocupada em se inserir a Comunidade Econômica Européia, a Espanha havia se distanciado do intercâmbio econômico com o Brasil. (SARAIVA, 2001)

O incentivo por parte do Estado espanhol, aliado às atividades de organização dos imigrantes em solo brasileiro, expõem duas categorias de relações culturais internacionais estabelecidas por Mônica Lessa (2002): uma pela via estatal e uma pela via civil. A presença da sociedade civil na circulação de ideias reforçaria a penetração de cultura estatal, mascarada por uma relação entre particulares.

De 1982 a 1996, período conhecido por etapa socialista, caracterizou-se pelo expressivo trabalho conjunto entre Estado e iniciativa privada. Em 1988, foi criado a Agencia Española de Cooperación Internacional, organismo autônomo vinculado ao Ministério de Assuntos Exteriores. Seu propósito seria o de agrupar diferentes Centros Culturais, de Formação e Oficinas Técnicas de Cooperação sob uma única instituição.

É importante ver como a Espanha foi gradualmente, embora de maneira mais enérgica na década de 80, valorizando os aspectos culturais de sua política externa em meio ao desenvolvimento econômico pelo qual passara no mesmo período. (AYLLÓN PINO,

2006) O país conseguiu superar a mentalidade pragmática e pensar a longo prazo. Trazer a tona o vasto patrimônio cultural do país às atividades diplomáticas revelam ainda o interesse em se manter crescendo através de uma nova imagem internacional baseada no prestígio cultural e na cooperação internacional.

A Espanha buscou articular diferentes ministérios para suas iniciativas culturais. O Ministério de Assuntos Exteriores e o Ministério de Cultura são os mais importantes para a projeção espanhola no cenário internacional, concentrando boa parte das secretarias e demais órgãos direcionados a diplomacia cultural, embora haja também a participação dos Ministérios da Educação e Ciência, da Indústria, Turismo e Comércio e do Trabalho e Assuntos Sociais. Essa estrutura de governo se mantém até hoje.

Eliminar os vestígios da política externa promovida no Franquismo foi, sem dúvida, um dos principais motivos para a transformação da diplomacia cultural espanhola, inspirada nos demais casos europeus. Em oposição à antiga política cultural, adotou-se um discurso de estabelecimento das relações com diferentes países do mundo baseadas em confiança e cooperação, entendendo que seus resultados não viriam imediatamente.

Ao perceber que a diplomacia cultural só poderia convergir aos interesses comerciais se não fosse buscado o retorno instantâneo de suas atividades, a Espanha passaria a ter uma atitude mais pró-ativa quanto à política cultural. Edgar Telles Ribeiro (1989, p. 26) explica perfeitamente essa condição na seguinte passagem:

Se o bem cultural é, por definição, visível, palpável, audível ou perceptível de diversas maneiras (o filme exibido, o livro discutido, o balé dançado, a bolsa de estudos usufruída, a escultura vista ou tocada, a música ouvida, a comida saboreada, a assistência técnica recebida, etc.), as consequências de sua utilização, sobretudo no contexto de programas da política externa, são, no entanto, essencialmente invisíveis.

E complementa ao afirmar que “dois Estados podem, em períodos de grande tensão, manter – e até estimular – relações culturais. Esse tipo de comunicação permite deixar as portas entreabertas para facilitar e encorajar futuros mecanismos de aproximação”. (RIBEIRO, 1989, p. 27)

Com relação ao Brasil, observa-se que a cooperação bilateral cresceria gradativamente entre os anos de 1975 a 1995, principalmente nos campos econômico e político. Nessa primeira fase, de acordo com Bruno Ayllón Pino (2006), a cooperação econômica abriu espaço para um contato promissor entre Brasil e Espanha, antes pouco valorizado pelos dois países. A escolha pela opção cultural viria, como mencionado anteriormente, a ser uma medida estratégica de atenuar os conflitos comerciais entre Brasil e Espanha surgidos desde a adoção de tarifas protecionistas sobre o café brasileiro em 1979. (CERVO; BUENO, 1992)

Com base nessas considerações, é possível apontar, como consequência das relações entre Brasil e Espanha, a construção de uma espécie de rede repleta de elementos simbólicos, tais como o uso do passado histórico comum a fim de legitimar a identificação entre os dois países. Apesar de ser percebida uma atuação mais ativa da Espanha nesse processo de aproximação com o Brasil, não seria possível afirmar que o país aceitaria passivamente a propaganda estatal espanhola, no entanto, a posição do Brasil não se apresentaria com força e maneiras equivalentes no decorrer desse diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as ações culturais da Espanha com o Brasil por meio de uma instituição como a Casa de España não teria sentido se fosse aqui compartilhada a ideia de que sociedade civil e Estado não se relacionariam e, conseqüentemente, não sofreriam interferências mútuas. Ao analisar os contextos de Brasil e Espanha no final da década de 1970 e início de 1980 foi possível perceber como os

interesses estatais convergiram com os interesses de uma comunidade de imigrantes espanhóis que se viam a margem no cotidiano carioca e, ao mesmo tempo, distantes da nova nação espanhola.

Tentar compreender os mecanismos de formação e manutenção da colônia espanhola por meio da Casa de España é interessante por identificar as distintas representações sobre o que é ser espanhol no interior da comunidade de imigrantes e descendentes espanhóis assim como para estabelecer sua relação frente à Espanha.

O caso espanhol do Rio de Janeiro destaca um aspecto comum a todos os estudos migratórios, principalmente sobre migração espanhola. Tanto na bibliografia geral como especializada, os espanhóis são vistos dentro da classificação restrita e muito generalizada da noção de imigrante. Nas palavras de Kátia Muniz (1996, p. 20),

Nesse sentido, traz como bagagem uma concepção quase que invariável de que esses agentes, imigrantes, independentes de suas diferenças, tiveram as mesmas trajetórias, tanto no país de origem quanto no país de acolhida. Veja que é o tipo de história que encaixaria para vários grupos, seja espanhol ou qualquer. Entretanto o grupo em si, quando era objeto de reflexão, era visto estatisticamente, como uma continuidade.

Entretanto é preciso olhar para mais de um século de história em que esses homens e mulheres, saídos de sua terra natal em busca de uma vida melhor na cidade do Rio de Janeiro moldaram um novo discurso identitário. Com referências brasileiras e espanholas, vão sendo construídos e compartilhados os laços dessa comunidade que ganha reconhecimento oficial na criação da associação Casa de España.

Diante desse cenário nota-se o papel fundamental do Estado espanhol na elaboração de uma produção simbólica capaz de criar o sentimento de pertencimento social dos imigrantes e, ao mesmo tempo, torná-los parte relevante no processo de inserção de uma política externa cultural para o Brasil. Com base nesse sentido

histórico compartilhado por uma coletividade composta por imigrantes e agentes políticos espanhóis foi possível formular uma base ideológica que daria organização ao discurso político estatal. Este artigo propõe, assim, dar início a uma discussão ainda pouco tratada nos estudos sobre políticas culturais. Pretende-se acrescentar ao tema a discussão da utilização dos aspectos culturais e identitários pelos Estados no âmbito das relações internacionais. Ou seja, até que ponto essas construções sociais servirão para elaborar e solidificar a relação entre nações. Desse modo, espera-se contribuir com o desenvolvimento de estudos sobre as relações culturais internacionais ao analisar a formulação de políticas culturais e sua estrutura de funcionamento a partir de uma atuação conjunta entre agentes públicos e sociedade civil na difusão da cultura e da identidade espanhola em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AYLLÓN PINO, B. *As relações Brasil-Espanha na perspectiva da política externa brasileira (1945-2005)*. São Paulo: Emblema, 2006.
- AYLLÓN PINO, B. España-Brasil: una relación consolidada pero incompleta. *Carta Internacional*, São Paulo, n. 94-95, p. 27, 2001.
- BASTOS, A. C. T. *Cartas do solitário*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- BOLETIM SOCIAL DA CASA DE ESPAÑA. Rio de Janeiro, 1984.
- BOLETIM SOCIAL DA CASA DE ESPAÑA. Rio de Janeiro, 1986.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. (Fundamentos, 81).
- CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003.
- D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- ELLWOOD, S. *Prietas las filas: história de Falange Española, 1933-1983*. Barcelona: Crítica, 1984.

- FREYRE, G. *Novo mundo nos trópicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000.
- HOBSBAWN, E. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.
- KAKUTA, S. Relaciones bilaterales entre Brasil y España: 1960 hasta 1992. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, Brasília, DF, n. 3, p. 213-228, 1993.
- LESSA, M. L. Relações culturais internacionais. In: MEDEIROS, L. de M.; ROLLEMBERG, D.; MUNTEAL FILHO, O. (Org.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: FAPERJ, 2002. p. 11-25.
- LOBO, E. M. L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MUNIZ, K. C. P. *Os filhos de Santiago em terra carioca: a construção da identidade espanhola*. 1996. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- OLIVEIRA, L. L. Os filhos de Santiago em terras brasileiras. In: OLIVEIRA, L. L. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 25-41.
- PEREIRA, M. H. *A política portuguesa de emigração: (1850-1930)*. Bauru: EdUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- PINHEIRO, L. As políticas exteriores do Brasil e da Espanha: notas sobre os efeitos da transição democrática. In: SEMINÁRIO BRASIL-ESPANHA, 1., 2000, Rio de Janeiro. [*Trabalhos apresentados*]. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2000.
- RIBEIRO, E. T. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1989.
- SARAIVA, J. F. S. (Org.) *Relações internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 até nossos dias)*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. v. 2. (Relações internacionais).

SILVA, E. S. da. *Galegos no Rio de Janeiro: (1850-1970)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2007.

SOARES, M. S. A. A diplomacia cultural no Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008.

TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.